

O PAPEL DA EDUCAÇÃO ECOFEMINISTA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE AMBIENTAL E SOCIAL EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS

THE ROLE OF ECOFEMINIST EDUCATION IN PROMOTING ENVIRONMENTAL AND SOCIAL HEALTH IN VULNERABLE COMMUNITIES

Joyccer Ferreira de Andrade¹

Jullyane Chagas Barboza Brasilino²

Resumo: O estudo analisou as articulações entre ecofeminismo, justiça socioambiental e direitos territoriais, enfatizando as interseções entre Direito, gênero e sexualidades em comunidades vulneráveis da Zona da Mata Norte e do Agreste de Pernambuco. Partiu-se da compreensão de que as crises socioambientais afetam de maneira desigual mulheres e sujeitos dissidentes em territórios marcados por desigualdades estruturais. O objetivo consistiu em compreender como práticas de educação ecofeminista contribuíram para a resiliência socioambiental, a promoção da saúde coletiva e o fortalecimento dos direitos territoriais. O referencial teórico fundamentou-se no ecofeminismo materialista e interseccional, articulado às discussões sobre justiça ambiental e direitos humanos. Metodologicamente, a pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, análise documental e revisão crítica da literatura especializada acerca das desigualdades socioambientais e das práticas ecofeministas em Pernambuco. Os resultados evidenciaram que iniciativas lideradas por mulheres em territórios vulneráveis fortaleceram práticas de cuidado coletivo, sustentabilidade e resistência social, contribuindo para a ampliação do debate sobre justiça ambiental e equidade de gênero.

Concluiu-se que a educação ecofeminista constitui importante ferramenta analítica e política para o fortalecimento de direitos territoriais, da saúde coletiva e da formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às interseccionalidades.

Palavras-chave: Ecofeminismo; Justiça ambiental; Gênero; Direitos territoriais; Interseccionalidade.

Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Abstract: The study analyzed the interconnections between ecofeminism, socio-environmental justice, and territorial rights, emphasizing the intersections among Law, gender, and sexualities in vulnerable communities of the Zona da Mata Norte and Agreste regions of Pernambuco. It was based on the understanding that socio-environmental crises unevenly affect women and gender-dissident individuals in territories marked by structural inequalities. The objective was to understand how ecofeminist education practices contributed to socio-environmental resilience, the promotion of collective health, and the strengthening of territorial rights. The theoretical framework was grounded in

¹ Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Garanhuns. E-mail: joyccer.ferreira@upe.br

² Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Garanhuns. E-mail: jullyane.brasilino@upe.br



materialist and intersectional ecofeminism, articulated with discussions on environmental justice and human rights. Methodologically, the research adopted a qualitative, exploratory, and descriptive approach, carried out through a literature survey, document analysis, and a critical review of specialized literature regarding socio-environmental inequalities and ecofeminist practices in Pernambuco. The results demonstrated that women-led initiatives in vulnerable territories strengthened practices of collective care, sustainability, and social resistance, contributing to broadening the

debate on environmental justice and gender equity. It was concluded that ecofeminist education constitutes an important analytical and political tool for strengthening territorial rights, collective health, and the formulation of public policies that are more inclusive and sensitive to intersectionalities.

Keywords: *ecofeminism; environmental justice; gender; territorial rights; intersectionality.*

Funding Agency: *National Council for Scientific and Technological Development (CNPq).*

1. INTRODUÇÃO

A interconexão entre ecofeminismo, questões ambientais e desigualdades sociais tem se estabelecido como um campo de análise interdisciplinar significativo, especialmente com as contribuições do ecofeminismo nos debates relacionados ao Direito, Gênero e Sexualidades. Essa visão ressalta que as estruturas patriarcais, capitalistas e coloniais sustentam formas interligadas de exploração dos recursos naturais e de grupos historicamente marginalizados, impactando de forma mais severa mulheres e indivíduos dissidentes em situações de vulnerabilidade social e territorial (SHIVA, 2021; FEDERICI, 2017).

No Brasil, especialmente nas regiões da Zona da Mata Norte e Agreste de Pernambuco, as crises socioambientais se manifestam de maneira agravada devido às desigualdades estruturais, conflitos territoriais e fragilidades na implementação de direitos sociais e ambientais. Nesse contexto, as mulheres que habitam áreas periféricas exercem um papel crucial na manutenção da vida, no cuidado coletivo e na gestão sustentável dos recursos naturais, apesar de que seus conhecimentos e práticas frequentemente permanecem invisíveis nas políticas públicas e nos modelos tradicionais de desenvolvimento (CAVALCANTE; CADENA, 2025; GUIMARÃES, 2023).

Frente a esse cenário, o objetivo do trabalho foi compreender como práticas de educação ecofeminista contribuíram para a resiliência socioambiental, a promoção da saúde coletiva e o fortalecimento dos direitos territoriais em comunidades vulneráveis da Zona da Mata Norte e



do Agreste pernambucano. Além disso, buscou-se compreender de que forma essas práticas se comunicam com a formação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às interseccionalidades de gênero e sexualidades, particularmente no domínio da justiça ambiental (ACSELRAD, 2004).

A importância do estudo reside na necessidade de expandir os diálogos sobre as relações entre justiça ambiental, equidade de gênero e sustentabilidade social, contribuindo para a valorização de práticas comunitárias e saberes locais que foram historicamente marginalizados. Assim, a pesquisa visa reforçar reflexões críticas sobre políticas públicas territoriais e estratégias para enfrentar as desigualdades socioambientais em contextos vulneráveis de Pernambuco.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ecofeminismo representa a base teórica central deste trabalho, ao investigar as conexões entre a deterioração do meio ambiente, desigualdades sociais e opressões de gênero, reconhecendo que essas dinâmicas são frutos de uma lógica patriarcal, capitalista e colonial (SHIVA, 2021; FEDERICI, 2017). Essa visão ressalta que a exploração do meio ambiente e a marginalização de grupos historicamente desfavorecidos ocorrem de maneira interligada, especialmente em ambientes caracterizados por desigualdades socioambientais.

A atual crise ambiental está ligada à desvalorização de conhecimentos tradicionais e práticas coletivas que foram desenvolvidas ao longo da história por mulheres, (SHIVA, 2021). Por outro lado, Federici (2017) aponta que a lógica do capitalismo se constituiu pela invisibilização do trabalho reprodutivo feminino e pela apropriação de corpos e territórios, agravando as desigualdades sociais e ambientais.

A perspectiva interseccional enriquece essa discussão ao reconhecer que categorias sociais como gênero, classe, raça e sexualidade atuam de maneira conjunta na criação de vulnerabilidades sociais (CRENSHAW, 2002). Nesse cenário, indivíduos dissidentes enfrentam várias formas de exclusão territorial e restrições no acesso a direitos essenciais.

No âmbito jurídico, a interação entre ecofeminismo, justiça ambiental e direitos humanos reforça visões que buscam a elaboração de políticas públicas mais equitativas e sustentáveis, reconhecendo a interconexão entre justiça climática, equidade social e direitos de terra (GUIMARÃES, 2023; ACSELRAD, 2004).

No contexto de Pernambuco, as pesquisas mostram que as mulheres têm um papel crucial na agroecologia, na educação ambiental e na gestão sustentável dos recursos naturais, embora frequentemente seus conhecimentos permaneçam não reconhecidos (CAVALCANTE; CADENA, 2025). Dessa forma, a combinação de ecofeminismo, interseccionalidade e justiça ambiental permite uma compreensão crítica das desigualdades socioambientais e das estratégias comunitárias para resistência e sustentabilidade.

Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2024) indicam que as mulheres representam cerca de 37% da força de trabalho agrícola mundial, chegando a quase 50% em países de baixa renda, evidenciando sua relevância para a segurança alimentar, a nutrição e a sustentabilidade dos territórios.

Sob essa perspectiva, a saúde é compreendida de forma ampliada, abrangendo não apenas a ausência de doenças, mas também aspectos sociais, ambientais, culturais e territoriais que influenciam o bem-estar das populações. Dessa forma, as ações lideradas por mulheres demonstraram potencial para fortalecer estratégias comunitárias de prevenção de vulnerabilidades, promoção da qualidade de vida e fortalecimento da justiça socioambiental em territórios marcados por desigualdades estruturais.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em levantamento bibliográfico e análise documental. A investigação concentrou-se na produção acadêmica relacionada ao ecofeminismo, à justiça socioambiental, aos direitos territoriais e às interseccionalidades de gênero e sexualidades em contextos vulneráveis da Zona da Mata Norte e do Agreste de Pernambuco.



Foram analisados artigos científicos, livros, documentos institucionais e produções teóricas nacionais e internacionais que abordam práticas ecofeministas, desigualdades ambientais e políticas públicas voltadas à equidade social e à justiça ambiental. A seleção do material considerou relevância temática, atualidade das discussões e aproximação com o contexto socioambiental pernambucano.

A análise do conteúdo ocorreu com base na técnica de Análise de Conteúdo proposta por (BARDIN, 2011), possibilitando a construção de categorias analíticas relacionadas à justiça ambiental, resiliência comunitária, desigualdades de gênero e sustentabilidade. A abordagem teórica adotada permitiu compreender criticamente as relações entre opressão social, degradação ambiental e invisibilização de saberes tradicionais em territórios marcados por vulnerabilidades socioambientais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise bibliográfica evidenciaram que as práticas ecofeministas desempenharam papel relevante na promoção da resiliência social e ambiental em comunidades vulneráveis da Zona da Mata Norte e do Agreste de Pernambuco. As produções analisadas demonstraram que iniciativas lideradas por mulheres, especialmente nas áreas de agroecologia, educação ambiental e cuidado comunitário, contribuíram para o fortalecimento da sustentabilidade territorial e da organização coletiva, valorizando conhecimentos tradicionais.

Além dos efeitos relacionados à sustentabilidade territorial, as práticas ecofeministas analisadas revelaram contribuições significativas para a promoção da saúde coletiva. As iniciativas voltadas à agroecologia, à educação ambiental e ao fortalecimento das redes comunitárias de cuidado favoreceram a construção de ambientes mais saudáveis, ampliando a segurança alimentar, a autonomia dos sujeitos envolvidos e o acesso a condições de vida mais dignas. Nesse contexto, destaca-se que as mulheres desempenham papel estratégico nos sistemas agroalimentares e na manutenção da segurança alimentar das comunidades, sendo responsáveis por funções essenciais relacionadas à produção, gestão e estabilidade dos



alimentos, embora suas contribuições permaneçam frequentemente invisibilizadas nas políticas públicas (FAO, 2024).

A literatura também indicou que as desigualdades de gênero influenciaram diretamente a distribuição dos impactos ambientais, uma vez que mulheres e sujeitos socialmente marginalizados assumiram funções essenciais na manutenção da vida e na preservação dos territórios, frequentemente sem reconhecimento institucional. Além disso, os estudos revisados apontaram que conflitos territoriais e fragilidades na proteção dos direitos ambientais intensificaram situações de vulnerabilidade social.

Sob a ótica interseccional, verificou-se que fatores relacionados à classe, gênero e sexualidades ampliaram os processos de exclusão e dificultaram o acesso a direitos sociais e ambientais. Nesse sentido, os achados reforçaram a necessidade de formulação de políticas públicas integradas, capazes de articular justiça ambiental, equidade de gênero e inclusão social.

Notou-se que várias dessas atividades têm um aspecto educativo, pois incentivam a conscientização ambiental, a troca de saberes tradicionais e o desenvolvimento político das comunidades. Dentro da visão da educação ecofeminista, essas vivências ajudaram a reforçar a consciência crítica em relação às desigualdades socioambientais e também a destacar a importância do papel das mulheres na proteção dos territórios e dos recursos naturais. Essas iniciativas educativas auxiliaram na criação de estratégias coletivas para lidar com as vulnerabilidades sociais e ambientais.

5. CONCLUSÃO

Concluiu-se que a educação ecofeminista mostrou-se relevante ao estimular processos de reflexão crítica, valorização de saberes comunitários e fortalecimento da participação social, contribuindo para a formação de sujeitos comprometidos com a justiça ambiental, a equidade de gênero e a promoção da saúde coletiva. O ecofeminismo é uma importante ferramenta analítica para compreender as relações entre desigualdades socioambientais, direitos territoriais e questões de gênero em contextos vulneráveis.

A avaliação possibilitou reconhecer que iniciativas comunitárias lideradas por mulheres promoveram estratégias de cuidado social, sustentabilidade e resistência, ajudando na promoção da saúde do meio ambiente e da justiça social.

Os resultados também mostraram que as desigualdades socioambientais são influenciadas por diversos marcadores sociais, com destaque para gênero, classe e sexualidades, evidenciando a relevância de abordagens interseccionais na criação de políticas públicas. Com isso, a pesquisa contribuiu para enriquecer a discussão sobre justiça ambiental e ecofeminismo nas áreas do Direito, Saúde Coletiva e Ciências Sociais.

Como consequência prática, ressalta-se a necessidade de desenvolver políticas públicas que sejam territorialmente específicas, inclusivas e que levem em conta as particularidades socioambientais das comunidades em Pernambuco. Por último, sugere-se a ampliação de estudos focados nas interseccionalidades entre gênero, sexualidades e vulnerabilidades ambientais em diferentes contextos sociais.

6. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAVALCANTE, Camila; CADENA, Danilo. **Ecofeminismo no contexto brasileiro: práticas, desafios e perspectivas**. Revista Meio Ambiente, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 1–15, 2025. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/1203>. Acesso em: 01 abr. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. [S.l.: s.n.], 2002.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Gender and food security and nutrition**. Rome: FAO, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/gender/learning-center/thematic-areas/gender-and-food-security-and-nutrition/en>. Acesso em: 01 abr. 2026.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2017.

FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso não é um caso:** pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 58–78, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUIMARÃES, Valéria Maria Borges. **Ecofeminismo, direitos da natureza e justiça climática.** Revista Simbiótica, Vitória, v. 10, n. 2, p. 1–20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/41072>. Acesso em: 01 abr. 2026.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo:** o empobrecimento do meio ambiente sob uma perspectiva feminista. Tradução de Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

